



ATA DA 75ª (SEPTUAGESIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 18 (dezoito) do mês de agosto de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 60ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – horário das 14. 00 às 17 horas

Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Milton Frasson
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

Pauta:

1. Contingências e critérios de provisionamento

- Maria Regina Scurachio Salles Alvarenga – GRJ
- Julia Stelczyk Machiaverni - DRJC
- Maria Eduarda Ferreira Ribeiro do Vale Garcia – DRJT
- Ivone Ferraz Anacleto - DFS
- Marli Candido Dutra - DFSC
- Andrea Maria Ramos Leonel – Conselho de Administração

Apresentação conjunta da contabilidade como o jurídico sobre a classificação de contingências e acompanhamento periódico do assunto.

Provisão e contingências posição para junho/2021

A Sra. Marli – DFSC inicia a apresentação informando que não há contingências em relação ao INSS e IPTU. Informa, ainda que o INSS é de responsabilidade da Dra. Julia Stelczyk Machiaverni e o Dr. Ricardo Emboaba cuida da área tributária da Companhia.

Provisão para contingências 2021

Avaliando os saldos anteriores, e atual, a variação é ínfima foram discriminados acréscimos e decréscimos. Em síntese, ocorreu: ingresso de 509 novas ações; mudanças de probabilidade em 5.065 ações; decréscimo/pagamentos realizados em 10.972 ações e; percentuais de reversão de probabilidade com acréscimo de 2,8% e decréscimos 3,5%. A área trabalhista apresenta grande volume de ações, totalizando, em maio, 19.300. Dentre as movimentações importantes que provocaram alterações no saldo contábil estão novas ações, acréscimo no valor, pagamentos e reversões. No contencioso cível a apuração se dá com um menor número de ações, em maio o volume foi mais expressivo. A Dra. Maria Eduarda – DRJT explica que a CPTM tem suas singularidades. Nas ações, 90% (noventa por cento) são devido a descumprimentos pela empresa. São

trabalhadores em atividade e as condenações trabalhistas se processam no curso do contrato. Os sindicatos ingressam com ações coletivas na Justiça, há inúmeros reclamantes, o que, após, medidas tomadas, propostas de redução de passivo, e correções de distorções internas tem levado à diminuição do volume de ações. Nos últimos tempos há um movimento de aproximação dos valores da causa com a realidade, os critérios, antes conservadores, elevavam as condenações.

A Sra. Ivone Ferraz Anacleto – GFS disserta a respeito de eventuais perdas com os valores contingenciados, explicando que não há perda da empresa, é o valor contábil/econômico, sem desembolso financeiro. A perda efetiva somente ocorre quando se perde a ação e há pagamento na fase da execução

A Dra. Andrea - CONSAD elogia o trabalho, cuidadoso. Destaca o item que trata da mudança da probabilidade, com um acréscimo de quase 10 % (dez por cento) do valor inicial por entender que é muito alta a majoração no valor contingenciado. Questiona o porquê dessas oscilações acontecerem, se há histórico de classificação. Solicita esclarecimentos sobre a quantidade de ações, entradas e terminos, e detalhamento da classificação (linha de remota, possível e provável), explicitando o montante e eventual modificação.

A Sra. Marli – DFSC afirma a CPTM tem pretensões de montar um banco de dados, numa plataforma com todas as ações, onde constem os andamentos processuais do início ao fim no sistema, englobando recursos, pagamentos, julgamentos, andamentos das ações. Esse trabalho de conseguir implantar um banco de dados eficiente melhoraria a constatação e controle de ações por valores.

A Dra. Maria Eduarda – DRJT expõe a Dra. Andrea – CA onde que se ganha, onde temos as maiores perdas como histórico negativo, demonstra que há vulnerabilidades internas que geram ações, e que os fatos predominantes são as diferenças salariais para empregados. Em 2019, houve mudança do critério de mudança de probabilidades de perdas, o que num primeiro momento gerou susto porque o critério anterior era pautado por parâmetros fixos.

O Comitê de Auditoria indaga como havia se construído aquele quadro. A Dra. Maria Eduarda esclarece que os critérios utilizados atualmente foram aprovados em RD, pautados nas decisões dos recursos, atos processuais e em condições técnico-jurídicas específicas.

Com a reforma do Direito do Trabalho houve reconfiguração do tipo e ação. Hoje apresentam-se grandes possibilidades de perdas no Superior Tribunal do Trabalho - STT. Os ministros demonstram fortes tendências de proteção ao empregado. Assim, atualmente não há critérios que possam alterar a mudança da classificação. A diferença se dá em processos em que são realizados “bons acordos”.

A Dra. Andrea - CA questiona se há uma política interna, um conjunto de regras para balizar os acordos.

A equipe jurídica explica que, nos processos arbitrais, a classificação é sustentada por parecer mais extenso do advogado e que eventual alteração na classificação será sempre alinhada com a contabilidade.

A Dra. Andrea sugere maior cautela nas alterações de classificação porque as provisões afetam o resultado.

A Dra. Maria Regina – GRJ expõe que existem critérios estabelecidos, que houve reunião com o Presidente, e foram expostos os aspectos de valor da causa, antes da reforma trabalhista, e que estão sendo realizados estudos para aprofundamento do tema. O estudo apontará a alteração efetiva ou não dos critérios na área trabalhista. A Dra. Maria Eduarda entende que, se for realizado um estudo interno na íntegra, deve ser paulatino, dado o número elevado de ações, bem como os funcionários disponíveis, que continuarão em suas rotinas.

A Dra. Julia – DRJC afirma que há padronização/ tabela de classificação considerando tipo de demanda e chances de êxito, bem como, fluxograma de contabilidade com avaliações das contingências.

A Dra. Maria Regina – GRJ menciona um produto que foi oferecido ao Jurídico, em que seria possível a análise de tendências das decisões, Juízes, Tribunais, Varas e os valores aproximados das condenações dentro de um montante mais real da contingência, de

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

acordo como vêm sido proferidas as decisões atualmente. Prossegue sugerindo um Chamamento Público, em que conste a possibilidade dos softwares serem testados na empresa, de modo que, na prática, o Jurídico compare o efetivo serviço prestado dos programas com a realidade do Departamento, bem como se a funcionalidade atende à demanda.

As especificidades assim seriam conhecidas pelo corpo jurídico facilitando a escolha pelo software mais útil e eficiente ao trabalho, havendo segurança do que se oferece no mercado em critérios reais. Constará proposição no edital da apresentação do produto com testes de utilização por 2 (dois) meses para que se opere a adequada escolha à CPTM.

A Dra. Andrea – CA menciona que é presidente do Conselho do Banco da Amazônia e apresentará ao Departamento jurídico da CPTM o Jurídico do banco para que compartilhem experiências. A Dra. Maria Eduarda – DRJT afirma que será bastante interessante e bem-vindo o contato com o Departamento Jurídico de uma instituição financeira pública.

A Dra. Julia Stelczyk Machiaverni – DRJC inicia sua apresentação informando que numa ação, R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) em contingências foram reclassificados de prováveis para possíveis. Esclarece que o exequente pleiteava um saldo, de acordo realizado, e no Tribunal de Justiça foi mantida a sentença de extinção da execução, amparada em laudo pericial, o que dificilmente será revertido. A Execução foi ajuizada de 2007, em 2019 houve sentença, o recurso é do presente ano, e por certo virão recursos à instância superior.

A Dra. Andrea – CA pergunta se a CPTM se encontra no polo passivo, ao que A Dra. Julia responde positivamente, narrando que inicialmente o valor da causa era de R\$ 43.000.000,00, ação da Agnus no polo ativo, mas, como houve reversão da decisão de mérito no STJ no processo principal, o remanescente foi revertido de provável para possível na ação principal. Desta forma, tudo indica que não haverá saldo devedor, uma vez que a Execução deverá ser extinta.

Em virtude dos embargos serão que serão julgados na próxima terça-feira, é muito provável que venham os recursos ao STF e STJ, de modo que o risco poderá ser alterado.

Comentários e Sugestões do CAE

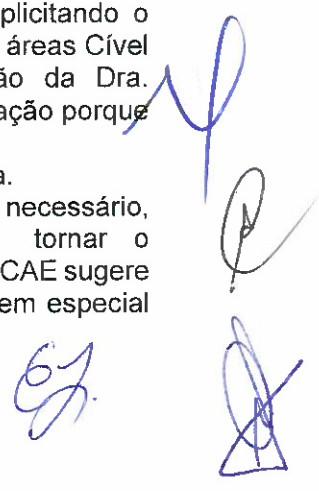
O CAE recomenda o acompanhamento periódico no mesmo formato, em categorias, classificações, número de ações, classe da ação e quais os critérios da classificação. Recomenda também que trimestralmente sejam retomadas as atualizações dos dados, para entrega de relatório e verificação dos depósitos.

O CAE sugere que se não seria interessante rever o valor contingenciado, diante das mudanças e reclassificações ocorridas há 2 (dois) anos, com possível apoio de assessoria externa. O CAE afirma que mesmo num ambiente jurídico caótico, se faz necessário “um controle” do que pode vir a acontecer.

O CAE também se manifesta, acompanhado da Dra. Andrea (CONSAD), no sentido de deixar claro quais os critérios que motivam a classificação das ações. Entende que não há algo definitivo, mas o Jurídico deve prestar informação, entre outros aspectos, sobre critérios que suportam a classificação em categorias, o tratamento de ações repetidas com objeto e características similares, a quantidade de ações, entradas e termos, e detalhamento da classificação (linha de remota, possível e provável), explicitando o montante e eventual modificação. Sugere a separação das informações das áreas Cível e Tributária, considerando suas diferenças. Acompanha a preocupação da Dra. Andrea (CONSAD), recomendando maior cautela nas alterações de classificação porque as provisões afetam o resultado.

Solicita o envio dos critérios e fluxogramas mencionados pela equipe jurídica.

Sugere a busca e contratação de software e eventual consultoria externa, se necessário, para melhoria na classificação e mensuração das contingências. tornar o contingenciamento automático, aproximando assim os valores a realidade. O CAE sugere diálogo com empresa que têm um cenário semelhante ao da Companhia, em especial



seguradoras, acostumadas a sinistros e ações cíveis, que contam com expertise e uso de tecnologias para avaliação e dimensionamento do risco.

2- Acompanhamento do fluxo de caixa e análise das receitas em função da pandemia e outras informações relevantes

Fluxo de Caixa

A Dra. Gilsa - DF e o Sr. Nilton Roberto Soares - DFFO fazem a apresentação destacando que o déficit da empresa vem caindo.

Em julho não foi boa a arrecadação, tendo em vista ser um mês de férias, mas, em junho, tivemos a 2ª maior arrecadação do ano de 2021.

Destaques:

- Receita Tarifária de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) em julho;
- Vendas de sucatas - leilão - R\$ 7.100.00,00 (sete milhões e cem mil reais);
- Houve necessidade de crédito suplementar;
- O mês foi junho teve uma arrecadação de R\$ 94.000.000,00 (o melhor mês do ano);
- A média do realizado de janeiro a julho na receita tarifária é de R\$ 82.000.000,00 e;
- A receita que de fato entra para empresa está relacionada com o saque da "clearing".

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE pondera que nesta situação, com a perda tarifária no BU na divisão com o Metro, a receita da CPTM fica especialmente comprometida. Observa que as despesas estão estáveis e reconhece o esforço de redução realizado na CPTM.

3. Plano Estratégico da Empresa para os próximos 5 anos

- Maicon Satiro de Oliveira- ARE

Documentos apresentados:

- Planejamento Estratégico - Plano de Negócio – julho
- Plano de Negócios 2021 e Estratégia de Longo Prazo 2022-2026 CAE

O Sr. Maicon apresenta o Plano de Negócio 2021 e Estratégia de Longo Prazo 2022 – 2026, contendo as diretrizes para os próximos 5 (cinco) anos, valendo-se de premissas sobre macrotendências e conjuntura econômica, conforme explicitado nos slides apresentados.

O CAE frisa a vocação da empresa para transportar do centro à periferia e vice-versa, o que constitui um longo percurso, onde haveria tempo para cursos de treinamentos dos passageiros. O Sr. Maicon esclarece que já existem iniciativas neste sentido, cita uma em específico focada nas crianças, denominada "Passageiros do amanhã".

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE valoriza as ações promovidas pela CPTM e o interesse no empreendedorismo em parceria com outras entidades, com conotação social e educativa, o que contribui para a imagem da empresa. Sugere maior clareza na descrição e fundamentação da escolha das premissas e planos.

4 – Demonstrações Contábeis julho/2021

- Ivone Ferraz Anacleto - DFS
- Marlí Cândido Dutra – DFSC

Documentos disponibilizados:

- Fechamento Contábil julho/2021.

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

A Sra. Marlí - DFSC e a Sra. Ivone – GFF fazem uma exposição sobre o tema, destacando os principais pontos do material disponibilizado.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE manifesta sua concordância, conforme proposta apresentada, de que os fechamentos contábeis sejam apresentados a cada 3 meses, por ocasião das ITR's, e solicita que as Demonstrações Contábeis mensais sejam disponibilizadas no portal do Comitê para conhecimento e avaliação da necessidade de solicitação de esclarecimentos complementares. O CAE

Foi sugerida, ainda, a revisão da agenda para que, nas reuniões, o tempo antes destinado aos balanços contábeis mensais seja utilizado para itens mais específicos como Recursos Humanos, salários de diretores, perda, remuneração, entre outros. Observa que, na evolução dos encontros foi possível contribuir com melhorias, abrindo-se espaço para outros tópicos específicos a serem abordados pelo Financeiro e contabilidade.

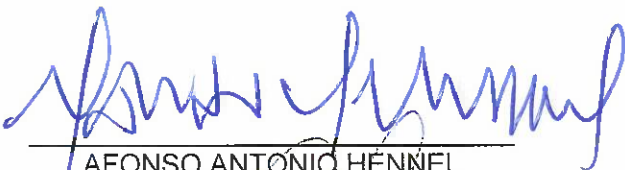
4 - Pendências:

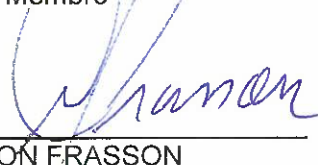
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Contingências Jurídicas - critérios e fluxogramas	GRJ – Maria Regina

NADA MAIS havendo a tratar, encerra-se a reunião e é lavrada a presente ata.


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora


SILVERIO CRESTANA
Membro


AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro


MILTON FRASSON
Secretário